

JULGAMENTO ADMINISTRATIVO
Divergência de Crédito

Processo nº 0810707-44.2025.8.10.0040

Recuperação Judicial

Vara Única de Itinga/MA

Recuperandos: Grupo ARCO-ÍRIS (ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA – EPP • GERSON DE SOUSA KYT • GILSON DE SOUSA KYT • IULHA GARCIA KYT • KMX AGRONEGÓCIO LTDA • EDUARDO MACAGNAN • LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN • ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA)

Administrador Judicial: José Eduardo P. Junior

Credor: BANCO BRADESCO S.A- CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12

1) Síntese

BANCO BRADESCO S/A inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, apresentou, tempestivamente, divergência administrativa perante esta Administração Judicial, nos termos dos arts. 7º, §1º, e 9º da Lei 11.101/2005, quanto ao crédito que lhe foi atribuído na 1ª Relação de Credores pelos Recuperandos, no montante de R\$ 15.957.963,00, classificado na Classe III – Quirografários.

Sustenta possuir créditos de natureza extraconcursal e concursal:

Os créditos decorrentes das Cédulas de Créditos Bancários- CCBs -FINAME -6056868, 6033520, 6108829, 6108830, 6083168, 6102009 e do Contrato de Crédito Direito ao Consumidor (CDC) nº 3.588.705, todos garantidos por alienação fiduciária de bens móveis, e da Cédula de Crédito Bancário nº 237/3042/1000-2, também garantido por constituição de alienação fiduciária superveniente de bens imóveis, devidamente registrada junto ao Único Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Dom Eliseu/PA, sob as matrículas nºs 6.096 e 8.189, não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial.


Aduz que não obstante à não sujeição pela existência de garantias fiduciárias, **não há que falar na sujeição das operações com relação aos avalistas produtores rurais que também estão no polo ativo da recuperação**, uma vez que a garantia prestada não guarda relação com a atividade rural individualmente desempenhada.


Confirma que também possui créditos sujeitos a recuperação judicial, representados por operações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro nº 237/3042/1000- pela qual concedeu o mútuo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), cartão de crédito cujo valor até a data do pedido da RJ é de R\$ 33.795,43 e utilização de cheque especial, pugando

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

pela apresentação de planilha atualizada até 30/05/2025, em relação ao primeiro e último título representativo de créditos, tão logo apurado internamente.

Pede ao final, a exclusão na segunda relação de credores, dos créditos garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, o afastamento expressamente a sujeição das operações em relação aos avalistas, e a retificação do valor do crédito que reconhece como concursais, a ser incluídos na classe III- quirografários.

2. Da documentação apresentada

A divergência veio acompanhada de instrumentos contratuais, aditamentos, cálculos e certidões de registros de imóveis do CRI de Dom Eliseu/PA.

2.1. Cédulas de Crédito Bancário — FINAME

CCB 6033520 — *Emissão:* 17/10/2018 — *Valor:* R\$ 520.650,00 — *Emitente:* Gerson de Sousa Kyt.

CCB 6056868 — *Emissão:* 08/01/2020 — *Valor:* (R\$ 440.000,00) — *Emitente:* Arco-Íris Agrosilvopastoril Ltda – EPP.

CCB 6108829 — *Emissão:* 24/03/2022 — *Valor:* R\$ 275.300,00 — *Emitente:* KMX Agronegócio Ltda.

CCB 6108830 — *Emissão:* 24/03/2022 — *Valor:* R\$ 49.000,00 — *Emitente:* KMX Agronegócio Ltda.

CCB 6083168 — *Emissão:* 06/11/2020 — *Valor:* R\$ 990.250,00 — *Emitente:* KMX Agronegócio Ltda.

CCB 6102009 — *Emissão:* 03/09/2021 — *Valor:* R\$ 3.559.400,00 — *Emitente:* KMX Agronegócio Ltda.

2.2. Cédulas de Crédito Bancário — Capital de Giro

CCB 237/3042/1000-1 — *Emissão:* 21/12/2023 — *Valor:* R\$ 1.000.000,00 — *Emitente:* KMX Agronegócio Ltda.

CCB 237/3042/1030 — *Emissão:* 30/01/2025 — *Valor:* R\$ 10.300.000,00 — *Emitente:* KMX Agronegócio Ltda.


2.3. Certidões de matrículas imobiliárias :


RI Dom Eliseu/PA — **Matrícula 6.096:** Registro nº 10, do instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária, datado de 13/03/024, no valor de R\$ 7.000.000,00;

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

RI Dom Eliseu/PA - **Matrícula 8.189**: Registro nº 07, do instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Propriedade Superveniente, datado de 14/03/024, no valor de R\$ 7.000.000,00.

2.4. Certidões RTD (aditamentos FINAME)

RTD Itinga/MA — Aditamento **CCB 6083168**: Protocolo 908 • Registro 900 • Livro B-22 • fl. 138 • 20/05/2025.

RTD Itinga/MA — Aditamento **CCB 6102009**: Protocolo 910 • Registro 902 • Livro B-22 • fl. 156 • 20/05/2025.

2.5. Cartão e CDC

Cartão Elo — faturas e planilha (*corte 30/05/2025*) — R\$ 33.795,43.

CDC nº 3.588.705 (veículo — Eduardo Macagnan) — foi apresentado somente sumário do produto, sem cártula/espelho de gravame, sem valor atualizado até a data do pedido da RJ.

3. Da contestação/manifestação dos recuperandos

Instados a se manifestar os Recuperandos informaram que o bens alienados fiduciariamente tiveram sua essencialidade reconhecida pelo juízo universal, em decisão liminar que concedeu a tutela de urgência, ratificada na decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial.

Sustentam que sempre que o bem alienado fiduciariamente for indispensável à operação da empresa recuperanda, o crédito vinculado àquela garantia deve ser considerado quirografário, respeitando-se a lógica da recuperação judicial e garantindo a preservação do negócio, nos termos da lei e da jurisprudência consolidada.

PARECER DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Percebe-se das alegações do credor e da manifestação dos Recuperandos, que a controvérsia posta, resume-se em emprestar a correta natureza dos créditos lastreados em alienação fiduciária, especialmente diante do reconhecimento da essencialidade dos bens gravados nessa modalidade, bem como os créditos decorrentes de cartão de crédito.


Inicialmente percebo que o credor divergente foi arrolado pelos devedores na 1ª relação de credores, na classe III- Quirografario, como titular do crédito no valor de R\$ 15.957.963.


Pois bem, da análise do conjunto documental apresentado pelo BANCO BRADESCO S.A., percebe-se que, de fato, o credor possui créditos garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis. Vejamos:

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

As CCB/FINAME nº **6083168 e nº 6102009**, demonstram a descrição e individualização do bem dado em garantia, além de devidamente registradas no RTD competente (certidões com identificação de protocolo, registro, livro e data), demonstrando assim, o atendimento aos requisitos legais para o aperfeiçoamento e validade da garantia fiduciária, o que lhes retira a concursabilidade, nos termos do art.49, § 3º da LRJF;

Já em relação a CCB nº 237/3042/1030 (capital de giro), embora enviada junto com o Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Propriedade Superveniente que a acompanha, firmado em 15/01/2025, não se observa nas certidões das matrículas 6.096 e 8.189 (RI Dom Eliseu/PA), qualquer registro do referido contrato ou averbação da CCB nº 237/3042/1030 (capital de giro), restando evidente a não constituição da garantia fiduciária superveniente, já que sua eficácia depende do cancelamento da propriedade fiduciária anteriormente constituída(no caso, as objetos dos Registros R/07 e R/10, nas matrículas nº 6.096 e 8.189 do CRI de Dom Eliseu/PA), nos termos do §3º, art. 22 da lei 9514/97, o que também retira a natureza do crédito representado nesse instrumento, devendo, pois, sujeitar-se ao concurso de credores, na classe III- quirografário(vide item 5.7.1 do RFA)

Por sua vez, a CCB nº 237/3042/1000-1 veio acompanhada de planilha atualizada do débito até (30/05/2025), mas também sem prova de seu registro da garantia hipotecária, sobre o imóvel descrito e caracterizado na matrícula nº 8925 do 6º ofício do cartório de registro de imóveis e tabelionato de notas da comarca de imperatriz-MA, e por isso, o crédito por ela representado, permanecerá na Classe III, quirografários.

O crédito relativo ao cartão de crédito- Elo- veio demonstrado por planilha, atualizado até 30/05/2025;


O contrato- CDC nº 3.588.705, embora a petição de divergência, alegue garantia fiduciária, não foi apresentado quaisquer documentos, registro ou averbações dessa garantia no RDT ou Órgão de Trânsito competente, devendo também se submeter ao concurso de credores na Classe III.

Em síntese, a natureza jurídica de cada crédito decorrerá, caso a caso, da prova registral: onde houver certidão idônea (p.ex., **CCBs 6083168 e 6102009**), **admite-se a extraconcursabilidade; onde não houver** — p.ex., **CCBs 6033520, 6056868, 6108829, 6108830** (RTD não apresentado), **CCB 237/3042/1030** (sem averbação/registro de 2025 nas matrículas 6.096 e 8.189), **CCB 237/3042/1000-1** (sem prova registral), bem como **CDC 3.588.705 e despesas de Cartão Elo** — prevalece a sujeição concursal, sem prejuízo de a parte demonstrar, em juízo, o aperfeiçoamento faltante.

CONCLUSÃO

Após minuciosa análise dos argumentos expostos na divergência e dos documentos apresentados pelo credor e o grupo devedor (em recuperação judicial) concluímos, pelo **ACOLHIMENTO PARCIAL** da divergência, para:

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

Reconhecer a extraconcursabilidade, limitada ao valor do bem dado em garantia fiduciária, dos créditos representados pelas **CCBs nº 6083168 no importe de R\$ 990.250,00 e CCB 6102009, no valor de R\$ 3.559.400,00, totalizando R\$ 4.749.650,00.**

Contudo, esta Administração Judicial opina pela manutenção dos recuperandos na posse dos bens garantidos fiduciariamente nessas operações, durante o stay period, e/ou durante todo o período que se estender o reconhecimento, pelo juízo recuperacional, da essencialidade dos referidos bens para manutenção das atividades agropecuárias das recuperandas de modo a não impedir o seu soerguimento.

Isso porque, o stay period previsto no artigo 6º da Lei nº 11.101/2005 e a declaração de essencialidade de bens de empresas e empresários em recuperação judicial são institutos distintos, tendo finalidades distintas. Enquanto o primeiro objetiva garantir ao devedor em recuperação judicial desfogo momentâneo por meio da suspensão das medidas executivas individuais adotadas por credores, o segundo objetiva garantir a continuidade da atividade empresarial a ser recuperada.

Ainda, **submeter ao concurso de credores na Classe III – quirografária, os créditos representados nas demais operações, por ausência, nesta fase, de comprovação da constituição válida e regular das garantias (ausência de registro) saber: CCB 6033520, no valor de R\$ 520.650,00; CCB 6056868 no valor de R\$ 440.000,00; CCB 6108829 no valor de R\$ 275.300,00; CCB 6108830 no valor de R\$ 49.000,00; CCB 237/3042/1030 no valor de R\$ 10.300.000,00, CCB 237/3042/1000-1 no valor de R\$ 805.094,15, Cartão de crédito-Elo- no valor de R\$ 33.795,43 e CDC nº 3.588.705 (veículo) — sem valor documentado nas informações prestadas pelos Credores, totalizando R\$ 12.423.839,58.**

É o parecer.

São Luis-MA, 29 de setembro de 2025

Administrador Judicial